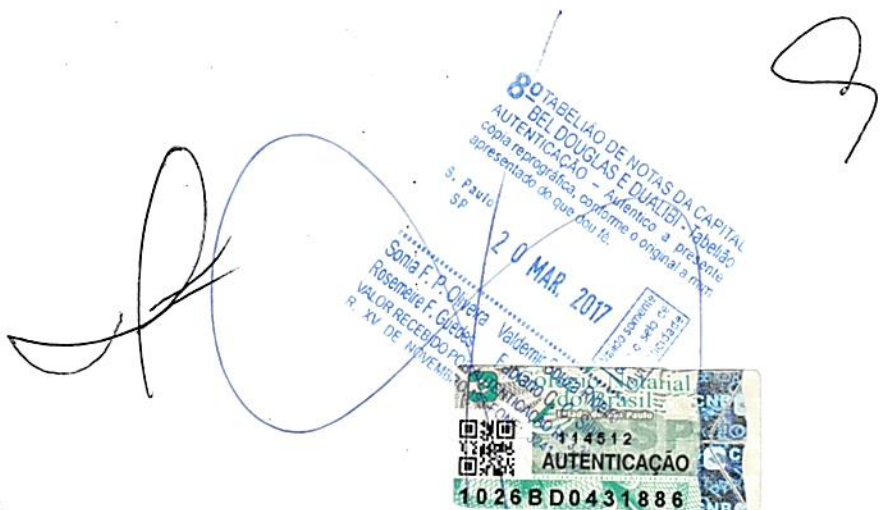


SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO SERCAPE

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2017

Que fazem, de um lado, o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SERCAPE –, neste ato, representado por Presidente, sr. Jarbas Pavani e, de outro lado, o SINDICATO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CATEGORIAS DE SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO -- SESPESP – neste ato, representando por seu Presidente , sr. Antonio Carlos Duarte Moreira, que se regerá pelas cláusulas e condições em anexo.



Rua Venceslau Brás , 16 - 13.andar - Cj. B - São Paulo - SP.
CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457
E-mail : sind.sercape@hotmail.com
CNPJ. 71.582.456/0001-55

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO/2017

01 - DATA BASE

Fica mantido como data base o dia primeiro de março.

02 - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da categoria profissional, serão reajustados em **5,15%**.
O reajuste salarial será aplicado sobre os salários em 28 de fevereiro de 2.017.

Parágrafo primeiro – serão compensados as antecipações espontâneas. **Não serão compensados**, os aumentos espontâneos, promoções, equiparações salariais, transferências, término de aprendizagem, **EXPRESSAMENTE**, concedidos a esses títulos.

03 - PISO SALARIAL

A partir de 01 de março de 2.017, o piso salarial dos empregados da categoria profiss – sional, **não poderá ser inferior a R\$ 1.055,00 (hum mil e cinquenta e cinco reais)**

04 - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de **57% (cinquenta e sete por cento)**, aplicáveis sobre o salário da hora normal.

05 - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno (período das 22:00 as 5:00 horas), será pago com um adicional de **25% (vinte e cinco por cento)**, a incidir sobre o salário da hora normal.

06 - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Após cada cinco anos de trabalho na mesma Entidade, o empregado fará jus a um adicional de **5% (cinco por cento)** sobre o seu salário nominal, não cumulativo. A contagem do quinquênio começou em 01 de março de 1996, não considerado, para efeito de quinquênio, o período anterior a 01 de março de 1996.

Parágrafo primeiro – fica estabelecido o **limite máximo de três quinquênios** para qualquer empregado em exercício em 28/02/2007, que já tenha ultrapassado o direito de receber dois quinquênios e não tenha atingido o terceiro quinquênio.

Parágrafo segundo – para os empregados admitidos até 28 de fevereiro de 2.007, fica estabelecido o **limite máximo de dois quinquênios**.

Rua Venceslau Brás, 16 - 13. andar - Cj. B - São Paulo - SP

CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

FL.02

Parágrafo terceiro – quanto aos empregados admitidos após 01 de março de 2.007, fica estabelecido que a concessão do quinquênio é de alçada exclusiva de cada Entida de abrangida por esta Convenção. Nesta hipótese, a concessão fica limitada a 1 (um) único quinquênio, a critério da entidade- empregadora.

Parágrafo quarto – Não será considerado para o efeito do quinquênio o período de afastamento do trabalho em razão de auxílio-doença pago pelo INSS, afastamento do serviço por motivo de serviço militar, bem como, as faltas não justificadas.

07 GRATIFICAÇÃO DE CAIXA

Ao empregado que exerça a função **exclusivamente** de CAIXA é devida uma gratificação de 10% (dez por cento), sobre o seu salário base .

08 – DIÁRIAS PARA VIAGEM

No caso de prestação de serviços fora da base territorial, onde o empregado presta serviço, não se tratando de hipótese de transferência, será pago ao trabalhador diária da seguinte forma:

- a) de 6 (seis) a 12 (doze) horas, diária de 5,00% (cinco por cento) do piso salarial;
- b) de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas, diária de 10,00% (dez por cento) do piso salarial.

Parágrafo único – para o recebimento e os efeitos legais do Art. 457 da CLT., o empregado deverá comprovar as despesas feitas ao retornar à base onde está sediado.

RESSALVA – A Entidade que fornecer ao empregado; transporte, hospedagem ou pousada, alimentação e a sua manutenção, quando precisar viajar para executar as determinações do empregador, fica desobrigada do pagamento da diária para viagem.

09 – TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

As horas normais trabalhadas em domingos e feriados não compensados, serão pagas em dobro, sem prejuízo do pagamento de repouso remunerado, desde que, não exista a folga semanal. Exemplo: 8 horas trabalhadas, paga-se 16 horas.

10 – CURSOS E REUNIÕES OBRIGATÓRIOS

Quando realizados fora do horário normal de trabalho, os cursos e reuniões obrigatórios, terão o seu tempo remunerado como trabalho extraordinário.

11 – EMPREGADO TRANSFERIDO

Assegura-se ao empregado transferido nos termos do artigo 469 da CLT, a garantia no emprego por 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo único – a comunicação da transferência será feita por escrito ao empregado mantendo-se cópia no departamento de pessoal da empresa.

Rua Venceslau Brás, 16 – 13. andar – Cj. B – São Paulo – SP

CEP.01016.000 – Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

Fl.03

12 – EMPREGADO – TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA

Ao empregado que for chamado a ocupar , **em caráter definitivo** , função ou cargo di-
verso do que exercer na Empresa , serão garantidos o mesmo salário e as mesmas van-
tagens contratuais do empregado substituído.

13 – ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

As entidades concederão um adicional de transferência no percentual de **35% (trinta e cinco por cento)** , sobre o salário base do empregado , por necessidade de serviço e até o seu término , conforme estabelecido no parágrafo terceiro, do artigo 469 da CLT.

14 – AUXÍLIO CRECHE

a) As empresas que não possuírem creches próprias , pagarão às suas empregadas, um auxílio creche limitado a 21,00% (vinte e um por cento) do piso salarial , por mês e por filho , até que complete 7 (sete) anos de idade , mediante apresentação da no-
ta fiscal ;

b) Quando a guarda legal do (s) filho (s) for dos empregados , as empresas pagarão auxílio creche aos mesmos , conforme condições da letra anterior.

15 – AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrendo falecimento do empregado, ainda que o vínculo esteja suspenso ou inter-
rompido, o empregador concederá um pecúlio funeral de R\$ 1.700,00, à época do óbi-
to , pagamento este , que será feito aos mesmos beneficiários habilitados para receber
as verbas rescisórias .

Parágrafo único – os empregados que tiverem seguro de vida em grupo fornecido pe-
lo empregador que disponha de cobertura a título de auxílio-funeral , não farão jus ao
recebimento do benefício previsto nesta cláusula , salvo se o valor pago pelo referido
seguro , for inferior a R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais) .

16 – GESTANTE

Estabilidade provisória á empregada gestante, desde à concepção até 5 (cinco) meses
após o parto.

17 – EMPREGADO ACIDENTADO

Fica com a redação do art.118 da Lei 8213/91 e do Precedente n.32 do TRT/SP.

LEI 8213/91 – ARTIGO 118 – o segurado que sofreu acidente de trabalho tem garan-
tida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na
empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário , independentemente de per-
cepção de auxílio-acidente.

PRECEDENTE N.32 – TRT/SP – será garantida aos empregados acidentados no

Rua Venceslau Brás , 16 - 13.andar - Cj. B - São Paulo - SP

CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

Fl. 04

trabalho , a permanência na empresa em função compatível com o seu estado físico sem prejuízo na remuneração antes percebida ,desde que , após o acidente, apresentem cumulativamente redução da capacidade laboral , atestada por órgão oficial e que tenham se tornado incapazes de exercer as funções que anteriormente exerciam , obrigados , porém , os trabalhadores nessas situações a participarem de processos de readaptação e reabilitação , quando adquiridos , cessa a garantia.

18 – SEGURO OBRIGATÓRIO

Aos empregados que exerçam a função de transporte de valores , é obrigatório um seguro por acidente ou morte, feito pela empresa.

19 – SEGURO DE VIDA - ASSALTO

Seguro de vida-assalto , obrigatório aos empregados e aos seus dependentes previdenciários , para garantir indenização nos casos de morte ou invalidez permanente, decorrentes de assalto, desde que , o empregado manuseie valores , em função do cargo que exerce e se encontre no exercício de suas funções.

20– TRANSPORTE DE ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES

Obriga-se o empregador a transportar o empregado, com urgência, para local apropriado em caso de acidente , mal súbito ou parto , que ocorram no horário de trabalho ou em consequência deste .

21 – GARANTIA DE EMPREGO – PRÉ - APOSENTADORIA

Garantia de emprego durante os 12 (doze) meses que antecedem a data em que o empregado adquire direito à aposentadoria por tempo de serviço integral ou por idade , em conformidade com a Lei da Previdência Social , desde que , exercido na época oportuna , tal direito , sob pena de ser considerada extinta a garantia ora estabelecida e, desde que , trabalhe na Empresa por 5 (cinco) anos ininterruptos . O empregado deverá comprovar perante a Empresa , o tempo de serviço com documento fornecido pelo INSS .

Parágrafo único – os demitidos por justa causa não tem direito a essa estabilidade.

22 – AVISO PRÉVIO

Aos empregados que contarem com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade , será assegurado um aviso prévio de 45 dias, desde que , tenha no mínimo 3 (três) anos na mesma Empresa .

23 – EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

Estabilidade provisória ao empregado em idade de prestação de serviço militar desde a data da incorporação até 30 (trinta) dias, após a baixa.

Rua Venceslau Brás , 16 - 13.andar - Cj. B - São Paulo - SP.

CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

fl.06

32 – ABONO DE FALTAS POR MOTIVO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

A empresa concederá abono de 2 (dois) dias aos empregados em caso de internação, devidamente comprovada pela instituição hospitalar respectiva , quando se tratar de filhos menores de 18 (dezoito) anos , solteiros , ou incapazes , bem como, de pais e con-
juge

a) esse abono deverá ser feito no máximo 3 (três) vezes por ano ;

b) quando se tratar de internação de filho (a) deficiente físico mental , fica dispensa -
do o limite de idade máxima de 18 anos .

c) se a internação ocorrer após as 18:00 horas , o primeiro dia abonado será o seguin-
te ao da internação .

33 – DOENÇA – ESTABILIDADE

Ao empregado que ficar afastado legalmente , por motivo de doença e , quando do seu
retorno ao trabalho , será garantida uma estabilidade no emprego por 45 dias .

34 – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Reconhecimento e aceitação pelos empregadores de atestados médicos e odontológi -
cos passados pelos serviços médicos prestados por órgãos públicos , particulares ou
convênio .

OBS: - Esses atestados deverão ser entregues à Empresa em 48 horas .

35 – JORNADA DO ESTUDANTE

Fica proibido à empresa , prorrogação da jornada do trabalhador estudante.

36 – FÉRIAS

O início das férias coletivas ou individuais , não poderá coincidir com sábado , domin-
go, feriado ou dia de compensação de repouso semanal.

37 – FÉRIAS – CANCELAMENTO

Comunicado ao empregado período de gozo de férias individuais ou coletivas , o em-
pregador somente poderá cancelar ou modificar o início previsto , se ocorrer necessi-
dade imperiosa e, ainda assim, mediante o ressarcimento , ao empregado, dos prejuí-
zos financeiros por este comprovado.

38 – FÉRIAS – ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica garantido ao empregado , estabilidade provisória de 30 (trinta) dias , quando do
retorno de férias.

Rua Venceslau Brás , 16 - 13. andar - Cj. B - São Paulo - SP.

CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

fl.07

39 – REGIME DE COMPENSAÇÃO DE HORAS – 12X36

As empresas poderão adotar regime de compensação de horas 12x36 , quando houver necessidade e a função do empregado assim o exigir.

40 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS

A empresa deverá prestar assistência jurídica a seu empregado que , no exercício de sua função de vigia , praticar ato que o leve a responder à ação penal.

41– COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O pagamento de salário deverá ser feito mediante recibo , fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa , e do qual , constarão a remuneração com a discriminação das parcelas , a quantia líquida paga , os dias trabalhados ou o total da produção , as horas extras e os descontos efetuados , inclusive , para a Previdência Social e o valor correspondente ao FGTS.

42 – DIA E FORMA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

As empresas deverão pagar os salários dos seus empregados até o quinto dia útil do mês subsequente.

43– SALÁRIO – PAGAMENTO AO ANALFABETO

O pagamento de salário ao empregado analfabeto deverá ser efetuado na presença de 2 (duas) testemunhas.

44 – MULTA – ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO

A inobservância do prazo legal para pagamento de salários acarretará multa diária de 5% (cinco por cento) do **salário normativo** em favor da parte prejudicada.

45 – CARTA DE REFERÊNCIA

A empresa fornecerá no ato da homologação ao empregado dispensado sem justa causa , uma carta de referência, quando solicitada pelo interessado.

46 – EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

A empresa se obriga a remunerar o dia, não repercutindo nas férias, nos casos de ausência do empregado, motivada pela necessidade de obtenção de documentos legais, mediante comprovação posterior.

47 – FORNECIMENTO GRATUITO – UNIFORMES

As entidades fornecerão uniformes gratuitamente aos empregados, quando por elas exigido na prestação de serviços e quando a atividade, assim o exigir.

Parágrafo único - Os uniformes deverão ser substituídos/renovados em até 15 meses.

Rua Venceslau Brás , 16 - 13.andar - Cj. B - São Paulo - SP.

CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

FL.08

48- TICKET REFEIÇÃO

As entidades que não possuírem restaurante próprio, deverão fornecer aos seus empregados ticket refeição.

Parágrafo primeiro - Nas férias dos empregados, fica facultado às entidades o fornecimento ou não dos tickets refeição.

Parágrafo segundo - O valor do ticket refeição será corrigido anualmente no mês de março, no mesmo percentual de reajuste salarial aos empregados da categoria.

Parágrafo terceiro - As Entidades que no último semestre concederam aumento no ticket refeição, poderão compensar os valores pagos antecipadamente.

49 - VALE TRANSPORTE

A empresa deverá fornecer o vale transporte para todos os seus empregados, em conformidade com a Lei.

50 - RECEBIMENTO DO PIS

Não será descontado pela empresa, o dia em que o empregado tiver de receber o PIS.

51 - ANOTAÇÃO NA CARTEIRA PROFISSIONAL

As empresas ficam obrigadas a anotar na carteira profissional do empregado, a função efetivamente exercida pelo empregado, observada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

52 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência previsto no art. 445 da CLT, parágrafo único, será estipulado pelas entidades, observando-se um único período, não se admitindo portanto, prorrogação. O contrato de experiência, deverá ser firmado por prazo máximo de 90 (noventa) dias.

53 - QUADRO DE CARREIRA

As empresas estudarão a possibilidade de instituir quadros de carreira, a fim de evitar conflitos entre os empregados.

54 - QUADRO DE AVISOS

Defere-se a afixação, na empresa, de quadro de avisos do Sindicato, para comunicados de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

55 - DIRIGENTE SINDICAL - FREQUÊNCIA LIVRE

Assegura-se a frequência livre ao dirigente sindical para participar de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas.

Rua Venceslau Brás, 16 - 13. andar - Cj. B - São Paulo - SP.

CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO SERCAPE

Fl. 09

56 – ACESSO AO DIRIGENTE SINDICAL À EMPRESA

Assegura-se o acesso de dirigente sindical às Empresas , nos intervalos destinados a alimentação e descanso, para desempenhar suas funções , vedada a divulgação de material político – partidário ou ofensivo.

57 – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Em conformidade com o art. 545 da CLT; as empresas descontarão 1 (um) dia – ano dos salários de seus empregados celetistas, referente ao mês de março e recolherão o montante ao SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SERCAPE – à conta corrente n.10.448-9 – Agência 1610 – Banco Itaú. na data prevista no parágrafo único do mesmo artigo.

Parágrafo único – O documento para recolhimento será enviado pelo SERCAPE

58 – CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

As Entidades descontarão dos salários de seus empregados , em folha de pagamento , as contribuições associativas devidas ao SERCAPE e terão o prazo máximo de 10 - (dez) dias , após efetuado o desconto para o repasse das mesmas. O não recolhimento dentro do prazo , implicará em multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor , mais correção monetária .

Parágrafo único - A contribuição associativa será reajustada no mês de março de cada ano, no mesmo percentual de reajuste conseguido para os empregados da categoria

59 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As Entidades descontarão dos salários de seus empregados o percentual de 2% (dois por cento) , dividido em duas parcelas de 1% (um por cento) cada , nos meses de **junho e dezembro** - aprovada em assembléia geral extraordinária da categoria , relativo à contribuição assistencial , sempre que alguma vantagem financeira for auferida em favor da categoria e em razão das negociações e trabalho desenvolvidos pelo SERCAPE – pelas conquistas de melhores salários e benefícios .

Parágrafo primeiro – O prazo para o repasse dessa contribuição ao SERCAPE será até o dia 20 do mês subsequente (20 de julho e 20 de janeiro) . O recolhimento fora do prazo , acarretará em multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor , mais correção monetária.

Parágrafo segundo – Subordina-se o desconto assistencial à não-oposição do trabalhador , manifestada perante a Entidade até 20 dias antes do citado desconto .

60 – CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES

Todas as entidades integrantes da categoria econômica, recolherão sobre as suas folhas de pagamento, as contribuições sindicais, confederativas e outras obrigações de terminadas pela assembléia geral do SESPESP e por força de lei.

Rua Venceslau Brás , 16 - 13.andar - Cj. B - São Paulo - SP.

CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457

E-mail : sind.sercape@hotmail.com

CNPJ. 71.582.456/0001-55

80 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
BEL DOUGLAS E DUALBI - Tabelão
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presente
cópia reprográfica, conforme original a mu-
presentado de que deu ta

S. Pavio
SP

20 MAR 2017

Sonia F. P. Oliveira Valdemir Souza Ribeiro
Rosemê F. Quedes
WAKOH RECEBIDOR POR
114812
AUTENTICAÇÃO
1026BD0431899

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVI- DORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO S E R C A P E

FL.10

Parágrafo único – Esses recolhimentos serão feitos para o SINDICATO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CATEGORIAS DE SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SESPESP – (Sindicato Patronal).

61 – MULTAS – Precedente TRT/SDC n.23

Multa de 5% (cinco por cento) do salário normativo, por empregado, em caso de descumprimento de quaisquer cláusulas contidas na norma coletiva, revertendo o seu benefício em favor da parte prejudicada

62 – LEI 7238/84 – ARTIGO NONO – INDENIZAÇÃO ADICIONAL

Evitar a dispensa do empregado 30 (trinta) dias antes da data-base (primeiro de março) a fim de se isentar da multa rescisória da citada Lei.

63 – DIVULGAÇÃO DA CONVENÇÃO

As entidades afixarão em quadro de avisos, em local bem visível aos empregados, cópia da presente convenção , mantendo-a por 60 (sessenta) dias após o seu recebimento .

64 – CUMPRIMENTO

As partes se comprometem a observar os dispositivos ora pactuados, ficando certo que a parte infratora incorrerá nas penalidades previstas nesta convenção e na legislação vigente .

65 – FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem a Justiça do Trabalho da Capital do Estado de São Paulo , como a competente para dirimir questões oriundas da presente Convenção Coletiva de Trabalho .

66 – VIGÊNCIA

As cláusulas e condições da presente Convenção, terão vigência a partir de 01 de março de 2.017 até 28 de fevereiro de 2.018

JARBAS PAVANI
Presidente do SERCAPE

ANTONIO CARLOS DUARTE MOREIRA
Presidente do SESPESP

Rua Venceslau Brás , 16 - 13.andar - Cj. B - São Paulo - SP.
CEP.01016.000 - Fone : 3115.2457
E-mail : sind.sercape@hotmail.com
CNPJ. 71.582.456/0001-55

